

A visitação turística no Parque Nacional do Iguaçu

The tourist visitation in the Iguaçu National Park

Des visites touristiques dans le Parc National d'Iguaçu



Fernanda Lodi Trevisan

Universidade Estadual de Campinas – Campinas – São Paulo – Brasil

fer.lodi@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe discutir a trajetória da visitação turística no Parque Nacional do Iguaçu, um dos parques mais célebres e visitados no Brasil. A visitação turística nunca deixou de ser um dos objetivos do Parque ao longo de seus quase 80 anos, contudo, essa atividade sofreu considerável transformação, com reflexos significativos em sua organização territorial. A consolidação do movimento ambientalista e o desenvolvimento de instrumentos de gestão de áreas naturais protegidas podem ser apontados como causas dessas transformações. Da mesma forma, a valorização do turismo de natureza e a visão do Parque como uma oportunidade de negócio também podem ser apontados como causas. A partir da ideia de evento, foram identificadas rupturas e continuidades nessa trajetória, o que permitiu a este estudo propor compreender a visitação turística do Parque por meio de três grandes fases: a visitação recreativa, a visitação recreativa monitorada e a visitação comercial, que se estende até os dias de hoje. Espera-se contribuir para um maior conhecimento do Parque do Iguaçu e, sobretudo, fomentar as discussões sobre o turismo em áreas naturais, em especial, nos parques nacionais.

Palavras-chave: Parque Nacional do Iguaçu. Visitação Turística. Organização do Território.

Abstract: This article proposes to discuss the path of tourist visitation in Iguazu National Park, one of the most famous and visited park in Brazil. Throughout its 80 years, the tourist visitation never ceased to be one of its objectives, nevertheless, this activity underwent a considerable transformation, with significant consequences for the territorial organization of the Park. The environmental movement and the instruments for the management of protected natural areas can be identified as reasons of these transformations. Also, valuation of nature tourism and the Park viewed as a business opportunity can also be pointed out the causes. Starting from the idea of event, ruptures and continuities in the path were identified, which allowed to understand the Park tourist visitation through three major phases: recreational visitation, monitored recreational visitation and commercial visitation, that extends just nowadays. It is expected that this article will contribute to the knowledge about the Iguazu Park and, above all, to encourage discussions on tourism in natural areas, especially in the national parks.

Keywords: Iguazu National Park. Tourist Visitation. Territory Organization.

Résumé: Cet article propose de discuter la trajectoire des visites touristiques dans le Parc National d'Iguazu, l'un des parcs les plus célèbres et visités du Brésil. Au cours de ses 80 ans, la fréquentation touristique n'a jamais cessé d'être l'un de ses objectifs. Néanmoins, cette activité a subi une transformation considérable, avec des conséquences importantes sur son organisation territoriale. La consolidation du mouvement environnemental et le développement d'outils de gestion des espaces naturels protégés peuvent être identifiés comme les causes de ces changements. De même, l'appréciation du tourisme vert et la perception du Parc en tant qu'une opportunité commerciale peuvent également être mise en évidence. À partir de l'idée d'événement, des ruptures et des continuités ont été identifiées dans cette trajectoire, ce qui a permis à cette étude de proposer une compréhension de la fréquentation touristique du Parc en trois phases principales: la visite récréative, la visite récréative surveillée et la visite commerciale, celle-ci qui s'étend jusqu'à nos jours. Cet article devrait contribuer à la connaissance du Parc

d'Iguaçu et surtout à stimuler les discussions sur le tourisme dans les espaces naturels, en particulier dans les parcs nationaux.

Mots-clés: Parc National d'Iguaçu. Visites touristiques. Organisation du territoire.

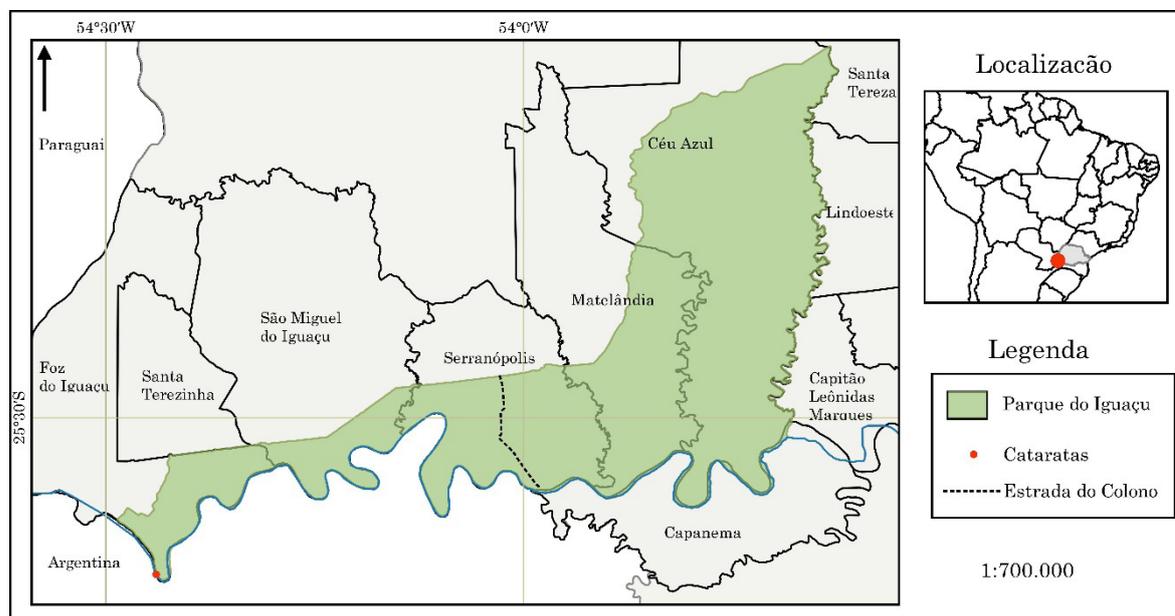
Introdução

O Parque do Iguaçu, localizado na região oeste do Paraná, é um dos destinos turísticos mais conhecidos no Brasil em função de seu cartão postal: as cataratas do rio Iguaçu. É o segundo parque nacional mais visitado no país e recebeu em 2017 mais de 1,7 milhão de visitantes (ICMBIO, 2018), entre brasileiros e estrangeiros. O Parque possui uma proposta de visitação turística diferenciada em relação aos outros parques nacionais, porque lá operam concessionárias responsáveis pela logística da visitação, pelos serviços e pelas atividades de apoio ao turismo – tais como transporte interno, alimentação, ambulatório, manutenção de trilhas e estradas, passeios. Atualmente o Parque do Iguaçu não é o único parque nacional que conta com a atuação de concessionárias na gestão da visitação turística, mas ele foi o pioneiro nessas parcerias público-privadas e reúne quase 20 anos de experiência nesse modelo de gestão do uso público.

O Parque (Mapa 1) abriga e protege um conjunto de 275 quedas d'água, e essa paisagem constitui um dos elementos que deram ao Parque o reconhecimento como patrimônio mundial, em 1986. O outro elemento é o fato de abrigar uma área de floresta de Mata Atlântica interior bastante preservada, com mais de 160.000 ha de extensão (ICMBIO, 2018), um dos maiores remanescentes desse bioma que permite, além da conservação *in situ* de diversidade biológica, o desenvolvimento de pesquisas científicas. O uso público ocorre em apenas 3% desse território, definido no plano de manejo como zonas de uso intensivo e uso extensivo. É essa porção do Parque que permite a visitação turística e sobre a qual reside o interesse do presente estudo.

Busca-se analisar, neste artigo, a trajetória da visitação turística no Parque do Iguaçu ao longo de seus quase 80 anos de criação, de forma a caracterizar a ocorrência de fases particulares no que diz respeito à finalidade da visitação e à organização do território.

Mapa 1. Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: MMA (2015); IBGE (2010); Protected Planet (2016). Organizado pela autora.

Para estruturar a pesquisa, apoiou-se no conceito de território em função do sentido político e administrativo que essa categoria do espaço geográfico pode comportar. Entende-se que áreas naturais protegidas constituem territórios – sobrepostos ao território dos entes federativos – pois são regulamentados por um instrumento oficial do poder público e com um regime particular de gestão. A demarcação de um território permite o exercício de diversas funções, entre elas a função legal, que se refere à aplicação de um conjunto de normas e leis que legitimam e organizam a própria existência do território, e a função de controle, que é responsável pela inspeção, restrição ou proibição de circulação em certos territórios (RAFFESTIN, 1993), e responde à necessidade de controlar o uso e a apropriação de remanescentes de áreas naturais.

A metodologia de pesquisa consistiu em revisão bibliográfica e pesquisa documental em arquivos e bibliotecas físicas e virtuais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMBio), onde foi possível consultar documentos como o Plano de Manejo de 1981, o Programa de Revitalização de 1997, o dossiê de candidatura ao título de patrim nio mundial de 1985, os diversos relatórios sobre o estado de conservação do Parque, entre outros documentos importantes para compreensão da trajetória do turismo no Parque e da dinâmica de seu território. Além disso, foram realizados trabalhos de campo entre 2015 e 2017 para observação direta e registro fotográfico, para a consulta ao acervo do Projeto Memória das Cataratas no Centro de Visitantes do Parque e para a aplicação de entrevistas semiestruturadas com moradores da cidade e funcionários do Parque, entre eles, servidores públicos e empregados das concessionárias.

Recorreu-se à ideia de "evento" proposta por Milton Santos. Para o autor, o evento constitui a "ligação entre os lugares e uma história em movimento", e permite qualificar e diferenciar uma fração do espaço e do tempo (SANTOS, 2002, p. 165).

A ideia de evento possibilita, portanto, contextualizar um lugar no mundo e, acima de tudo, em sua própria história. Assim, identificou-se três eventos que conformam pontos de inflexão na trajetória da visitação turística e na organização territorial do Parque do Iguaçu.

O primeiro deles foi a própria criação do Parque, em 1939, seguida da instalação de infraestrutura para viabilizar a visitação turística. A criação do Parque combinou o objetivo de proteger a região formada pelas cataratas com o de torná-la disponível para as atividades de recreação e lazer. Dessa forma, a criação do Parque possibilitou o início da fase de visitação turística recreativa, que se estendeu até o ano de 1970, momento em que foi expedida pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) a Portaria n.  1.587 (IBDF, 1970).

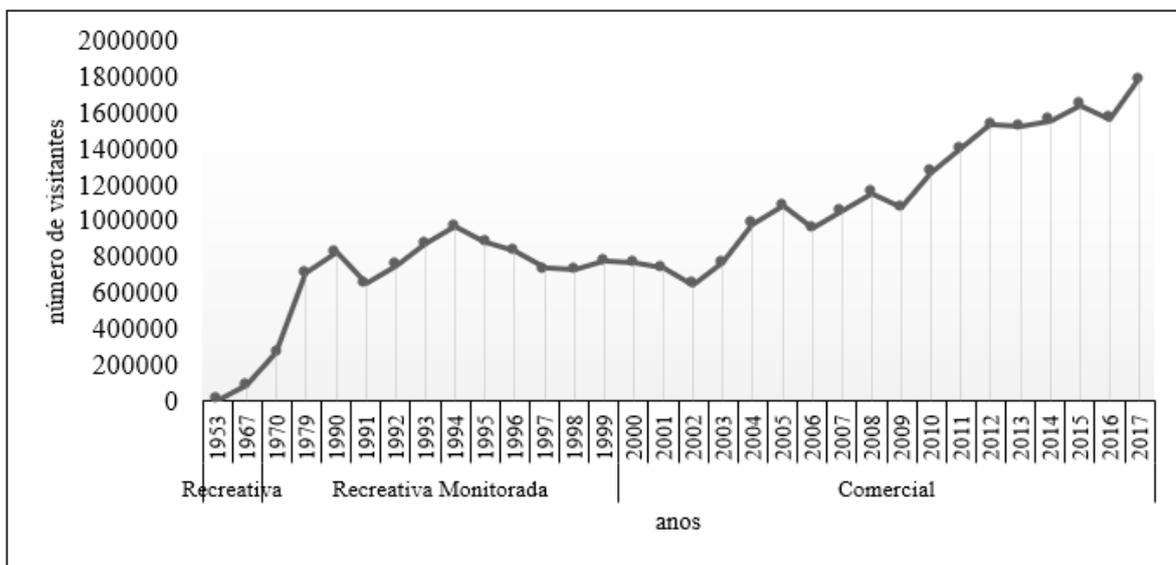
Essa Portaria, segundo evento identificado, aprovou a cobrança de taxas de entrada nos parques nacionais. Tal fato, associado ao fortalecimento do movimento ambientalista, contribuiu para a revisão da atividade de visitação e teve consequências para a orga-

nização do território do Parque. Na década de 1970, foi construído o portal para organizar a venda de bilhetes e controlar a entrada de visitantes no Parque. Nesse momento teve início a fase aqui chamada de visitação turística monitorada, em que o Parque manteve seu papel como espaço recreativo, mas foram estabelecidas regras mais rígidas para coibir ações predatórias ao ambiente.

O terceiro evento identificado foi a implantação do transporte coletivo interno, no ano 2000. Esse evento marcou o início da visitação turística comercial, fase que se estende até os dias de hoje. A visitação turística comercial se apoia principalmente em duas justificativas: a primeira delas é a necessidade de promover o turismo sustentável, em que se procura minimizar os efeitos negativos da visitação ao ecossistema do Parque. A segunda justificativa está ancorada na busca pela sustentabilidade financeira e apresenta o Parque como uma oportunidade de negócios, um gerador de receitas e empregos. A visitação turística não deixa de ser para o visitante uma atividade recreativa, contudo, adquire o status de aquisição de um serviço ou experiência.

É possível observar também as diferentes fases da visitação turística do Parque por meio de seus reflexos no volume de visitantes. O Gráfico 1 sintetiza as estatísticas de visitação disponíveis entre 1953 a 2017. Percebe-se que flutuações pontuais na visitação do Parque estão relacionadas a crises econômicas, políticas ou de segurança internacional, como mostram as quedas na visitação nos anos de 2002, consequência dos ataques terroristas nos Estados Unidos em 2001 e seus reflexos no turismo internacional, ou em 2009, como consequência da crise econômico-financeira mundial em 2008.

Gráfico 1. Evolução da Visitação no Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: Corrêa e Aldé (2014); IBDF (1981); Ibama (2001); Müller (2002), ICMBio (2016b), ICMBio (2018). Organizado pela autora.

Pode-se também sugerir que tendências de estagnação, crescimento e queda da visitação estão relacionadas a contextos mais amplos, como a expansão das vias de acesso, o aumento da busca pelo turismo de natureza e o modelo de gestão da visitação.

A Visitação Turística de Recreação

A criação do Parque do Iguaçu foi fundamentada em dois dispositivos legais então existentes em 1939. Um deles era a Constituição de 1937, que previa a proteção e guarda, pela União, dos monumentos naturais e paisagens notáveis (BRASIL, 1937). O outro era o Código Florestal, que previa a criação de parques em locais com composição florística primitiva ou características naturais peculiares (BRASIL, 1934). Deve-se ainda considerar o Plano de Integração Nacional, que incluía a criação do Território do Iguaçu, no oeste do Paraná, com o objetivo de promover a dinamização econômica dessa região por meio de concessão de

terras para a exploração agrícola. Além disso, o governo de Getúlio Vargas conduzia o projeto de identidade nacional, utilizando para isso monumentos e paisagens naturais representativos da ideia de exuberância natural brasileira.

A criação do Parque do Iguaçu foi proposta para possibilitar a visitação turística pública da área, que décadas antes se encontrava em propriedade particular. Entre 1939 e 1970, a visitação foi marcada pela recreação, pela livre circulação e pela fraca restrição   visitação turística.

O cunho recreativo está diretamente relacionado com as atividades que eram praticadas dentro do Parque: famílias e grupos de amigos acampavam, faziam churrascos e piqueniques, contemplavam a paisagem, nadavam no rio, faziam trilhas e até mesmo pescavam e caçavam animais, ainda que essas atividades já fossem proibidas de ser praticadas no local pelo Código da Caça e Pesca (BRASIL, 1934). Na década de 1950, eram oferecidos comercialmente, por iniciativa de aut nomos, passeios de barco a remo, passeios a cavalo e escaladas.

A visitação se caracterizava por ser eminentemente de cunho recreativo, porque devido a questões de acessibilidade o Parque era frequentado sobretudo pela população de seu entorno, nos finais de semanas e período de férias. O acesso ao oeste do Paraná só foi facilitado na década de 1970, com a finalização de rodovias e com a inauguração do aeroporto de Foz do Iguaçu. Na década de 1950, a título de exemplo, um turista do Rio de Janeiro levava cerca de 10 dias para conseguir chegar à Foz do Iguaçu e deveria se submeter a um roteiro de viagem em que intercalava trens e navios fluviais (PARQUE, 1958).

A visitação do Parque era de livre acesso, porque não demandava pagamento de entrada ou mesmo o controle rígido sobre o volume de pessoas que acessavam as cataratas. Por isso, os registros disponíveis que retratam a visitação nesse período são escassos. Foram encontrados dados descontínuos e pouco precisos sobre o número de visitantes entre 1953 e 1990 (Gráfico 1).

A liberdade ao acesso e às atividades mais diversas dentro do Parque condiziam com o cenário marcado pela incipiente infraestrutura material e institucional ali instalada. Tratava-se de um espaço que começava a ser ocupado e organizado pela ação do Estado. Os depoimentos reunidos no Projeto Memórias das Cataratas sintetizam as dificuldades de acesso ao local e a precariedade das infraestruturas: não existiam linhas de ônibus ligando a cidade de Foz do Iguaçu ao Parque e as pessoas iam de bicicleta, de carona com o caminhão, que servia à Administração do Parque, ou a pé, o que levava horas de peregrinação. Além disso, as trilhas dentro do Parque eram as picadas na mata e os degraus eram recortados nos barrancos descobertos de vegetação; nas porções mais íngremes das trilhas, as cercas feitas de torras de madeira e arame demarcavam o espaço minimamente seguro.

A fim de consolidar o Parque como um destino turístico, o governo de Getúlio Vargas, na década de 1940, investiu na implantação de infraestruturas, lançou editais de licitação para a construção do edifício da Administração do Parque, casas para os funcionários, escadarias para a visitação das cataratas, pontes, corrimões, trilhas, hotel e a usina hidrelétrica no rio São João, um dos afluentes do Iguaçu, que forneceria energia para o Parque (CORRÊA e ALDÉ, 2014).

Nesse sentido, entre as décadas de 1940 e 1970, o território do Parque passou por intensa modificação promovida pelo Estado, com a criação de infraestrutura para servir à visitação. Já o município de Foz do Iguaçu passou por grande dinamização econômica em função do aumento do turismo. Vê-se que embora a criação de áreas naturais protegidas possa ser encarada como uma restrição ao desenvolvimento local, a criação do Parque do Iguaçu, naquele momento, teve significado contrário.

Entre as infraestruturas implantadas no Parque, destaca-se o Hotel das Cataratas, arrendado desde sua inauguração, em 1958, à iniciativa privada. Esse arrendamento atesta que a atuação de empresas privadas não é recente e não decorre apenas das concessões ocorridas na década de 1990.

Entre 1939 e 1970, a organização do território do Parque refletiu a crescente presença do Estado e a sua intenção em promover a visitação turística. A proteção da natureza era secundária até mesmo nos relatórios dos chefes do Parque, que versavam sobretudo sobre a visitação e deixavam em segundo plano as informações a respeito do estado de conservação da mata ou a ocorrência de caça (RAMOS, 2009).

A Visitação Turística Monitorada

A visitação turística monitorada se estendeu de 1970 aos anos 2000. Tratou-se de um momento singular, marcado pelo fortalecimento do movimento ambientalista e pela proposta de desenvolvimento sustentável. Esse contexto teve influência na visitação e na organização territorial do Parque do Iguaçu. Primeiro, ao se colocar a natureza, o ambientalismo, no centro do debate, contraditoriamente se valorizou as áreas naturais protegidas como espaços para o turismo (Paes-Luchiari, 2007), o que levou ao aumento da procura pelo turismo de natureza. Segundo, porque vertentes do ambientalismo desenvolveram instrumentos e métodos de gestão dessas áreas naturais, tais como o plano de manejo e os estudos de capacidade de carga, com vista a minimizar os impactos do turismo.

O evento que marcou o início dessa nova fase para o Parque foi a publicação da Portaria do IBDF n.º 1587/1970, que oficializou a cobrança de taxas de ingresso, estadia, uso de churrasqueira e estacionamento nos parques nacionais. A Portaria foi sucedida pela construção do portal na entrada do Parque, a fim de viabilizar a cobrança da entrada e o registro do acesso dos visitantes.

Além disso, outras medidas foram tomadas e contribuíram para aumentar o monitoramento e o controle sobre o território do Parque. No que diz respeito ao conhecimento e proteção do ecossistema, o então chefe do Parque, Adílson Simão, providenciou a

elaboração do primeiro plano de manejo, publicado em 1981, propondo o zoneamento e identificando os usos conflituosos. Outra medida foi o fechamento da Estrada do Colono, requisito imposto pela Unesco para a inscrição do Parque na Lista do Patrimônio Mundial, fato que ocorreu em 1986. Ainda, deve-se destacar a remoção de mais de 400 famílias que moravam no interior do Parque, remanescentes dos antigos funcionários que trabalharam nas obras dos edifícios e da usina (CORRÊA e ALDÉ, 2014). Com relação à visitação turística, os funcionários do Parque passaram a monitorar, mas também orientar os visitantes a respeito do comportamento adequado dentro de um parque nacional.

Apesar de todas as mudanças empreendidas com a finalidade de melhor controlar o território do Parque, a visitação turística foi insuficientemente modificada, o que levou a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), na década de 1980, a sinalizar a necessidade de alterar a organização da visitação ou impor restrições ao número de visitantes, já que a visitação concentrada na porção próxima às cataratas poderia ser uma ameaça à integridade do ecossistema e das paisagens do Parque (UICN, 1986).

O portal de acesso e a cobrança de ingressos deram maior controle sobre a entrada no Parque e permitiram a mensuração do fluxo de visitação. Entretanto, não impediram que os visitantes tivessem comportamentos indesejados: excesso de velocidade na BR-469, que liga a portaria às cataratas; descarte irregular de lixo; motores dos ônibus ligados à espera dos visitantes, causando poluição sonora e do ar; oferta de alimentos aos animais silvestres; retirada de objetos que pudessem servir como souvenirs; estacionamento em área proibida (IBDF, 1981). Por isso, o Plano de Manejo de 1981 sugeriu a limitação do acesso de carros particulares dentro do Parque (IBDF, 1981), proposta que só se materializou quase 20 anos depois.

Nesse período, as inovações em infraestrutura continuaram sendo implementadas a fim de dar suporte à visitação crescente no Parque. Data da década de 1970, por exemplo, a construção da primeira passarela avançando sobre o rio, a instalação do ele-

vador panorâmico ao lado da Garganta do Diabo e o início dos voos de helicóptero sobre as cataratas. A partir dessa década também foram instalados e arrendados quiosques, lanchonete e restaurante. As atividades de esporte da natureza começaram a se profissionalizar, com a autorização da exploração dos passeios de barco dentro do Parque concedida a um antigo balseiro, que fazia a travessia de carros pelo rio Iguaçu, entre a Estrada do Colono e o município de Capanema.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 houve um significativo aumento da visitação do Parque (Gráfico 1), seja pela melhoria das vias de acesso que garantiu a chegada dos visitantes de regiões distantes, seja pela valorização do turismo de natureza.

A organização e a infraestrutura do Parque se tornaram ineficientes para receber a demanda crescente de visitantes (IBAMA, 1997). Ocorria o desrespeito às regras do Parque por parte dos visitantes e a formação de grandes filas nas bilheterias de entrada, trilhas e passarelas. O Parque dispunha de serviços com baixa qualidade oferecidos pelas empresas, e não existiam mecanismos de penalização. O número de funcionários no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) era insuficiente para dar conta do trabalho administrativo e para o acompanhamento da visitação (IBAMA, 1994).

Esse cenário pode ter sido responsável pela estagnação e queda do número de visitantes entre 1994 e 1998, e por uma possível perda de atratividade em relação a outros parques ou a outros roteiros turísticos (LAMOUNIER, 2002).

O governo do Estado do Paraná cogitou requerer a posse do Parque a fim de reestruturar a experiência da visitação e ampliar a receita do Parque (IBAMA, 1999). Contudo, partiu do próprio Ibama a elaboração do Programa de Revitalização, em 1997, com o objetivo de promover a organização territorial com base na delegação dos serviços turísticos à iniciativa privada. Tal documento apresentou a visitação como “fórmula de financiamento mais adequada, frente à inexistência de recursos públicos suficientes, para

a conservação dos ecossistemas englobados pelo parque” (IBAMA, 1997, p. 01). Para isso, o documento identificou áreas que poderiam ser modernizadas com a instalação de novas infraestruturas para a prestação de serviços e a venda de produtos aos visitantes. Essas áreas ficariam sob responsabilidade de “empresas ou consórcios de empresas com nível profissional, experiência gerencial, estrutura técnica administrativa e capacidade de investimento para ampliar assim a qualidade do atendimento ao visitante” (IBAMA, 1997, p. 10).

É prática recorrente no país utilizar o estado de depreciação do patrimônio público para justificar a ineficiência e a necessidade de parcerias público-privadas, modalidade que começava a ser praticada na administração pública em função do Programa Nacional de Desestatização e da Lei das Concessões do Serviço Público.

O Programa de Revitalização (1997) resultou no lançamento de dois editais de licitação em 1998. Um deles foi voltado à construção e à exploração comercial do centro de visitantes, do terminal de passageiros, do transporte interno e do estacionamento. O outro voltou-se para a exploração comercial dos espaços para a alimentação, mirantes, elevador panorâmico, trilha suspensa, edifícios ambientais e lojas de suvenires.

A fase de visitação recreativa monitorada terminou, na década de 1990, em um contexto de estagnação da visitação e de pressão política por melhorias na infraestrutura e na organização do Parque. As discussões sobre o turismo sustentável também foram utilizadas para dar suporte às propostas de mudanças apresentadas no Programa de Revitalização, ao recomendar a redução dos impactos negativos nos destinos (UNEP e OMT, 2005) – o que pode ser entendido como uma necessidade de maior eficiência da atividade ou de maior controle sobre os visitantes. Além disso, consolidou-se a visão de que o turismo é uma atividade econômica geradora de renda e emprego, capaz de contribuir para o financiamento da proteção e da manutenção das áreas naturais.

A Visitação Turística Comercial

Como é possível observar no Gráfico 1, a partir do ano 2000 a visitação do Parque foi marcada por uma tendência de crescimento quase constante. Esse quadro pode ser explicado pelo crescimento econômico do país, o barateamento dos custos de transporte e a aquisição de viagens no crédito. Outro fator bastante relevante foi a inserção do Parque em uma nova fase, aqui denominada de comercial.

A visitação é comercial porque se tornou, antes de tudo, uma operação de compra e venda entre empresa e consumidor: os visitantes têm acesso ao Parque, mediante o pagamento do bilhete de entrada, e têm acesso às trilhas, mediante a compra dos passeios. Isso não significa que a cobrança pela entrada seja um fato inédito no Parque. A questão que se coloca a partir dos anos 2000 é que além da taxa cobrada pela União, passou-se a ser cobrada também as tarifas que remuneram os serviços prestados pela empresa concessionária.

A visitação é comercial porque o Parque é gerido com uma empresa e está orientado para a geração de receitas, impostos, tributos e empregos. O Parque é tido como um vetor de dinamização econômica da região. Está aberto os 365 dias do ano, das 9 às 18 horas, com funcionários trabalhando por turnos. Aumentar a visitação é um dos objetivos para o Parque, e implica aumento das receitas, da arrecadação de impostos e dos postos de trabalho.

Vale lembrar que o ICMBio – autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de executar a política nacional de unidades de conservação – continua como a entidade pública responsável pelo Parque. Entre suas atribuições estão o monitoramento, a fiscalização, a educação ambiental, os programas de pesquisa, o planejamento do uso público; em suma, é responsabilidade do ICMBio a administração do Parque como um todo e dos contratos com as cinco empresas que atuam na prestação dos serviços turísticos do Parque (Quadro 1).

Quadro 1. Empresas Privadas com atuação no Uso Público do Parque do Iguaçu

Empresa		Atrativo	Vig�ncia
1	Grupo Cataratas	Centro de Visitantes, transporte, estacionamento	1998/2020
	Grupo Cataratas	Espaço Porto Canoas, Espaço Naipi, Espaço Tarob�, Elavador Panor�mico	1998/2020
2	Macuco Ecoaventura	Circuito M'Boy: passeio em trilha e embarcado	2002/2019
	Macuco Ecoaventura	Linha Martins: passeio em trilha e embarcado	2002/2020
3	Macuco Safari	Macuco: passeio em trilha e embarcado	2010/2025
4	Belmond	Hotel das Cataratas	2006/2026
5	Helisul T�xi A�reo	Voo Panor�mico	2015/2020

Fonte: ICMBio (2016a)

A constru o do Centro de Visitantes (CV) e a implanta o do transporte interno são as duas principais marcas da reorganiza o do Parque, mas não as únicas. O CV tornou eficiente a venda dos bilhetes de entrada e ofereceu comodidades aos visitantes, tais como lanchonete, guarda-volumes, caixa bancário, sanitários e ambulatório. A moderniza o da infraestrutura do Parque foi pensada com a preocupa o de se criar um espaço integrado, de maneira a priorizar uma constru o em estilo rústico atendendo as normas sobre o impacto visual e os valores est ticos da infraestrutura turística (CPM e UICN, 2008). Além disso, o Grupo Cataratas, responsável pela concessão, investe em coleta seletiva, energia renovável e uso racional da água, bem como promove feira de alimentos orgânicos semanalmente com produtores locais.

Contudo, o atual CV poderia ser mais bem explorado com totens explicativos, maquetes ou outros materiais que forneçam aos visitantes informa es sobre o Parque, com conteúdos científicos e mitológicos a respeito das cataratas, projetos científicos educacionais desenvolvidos, entre outros. De cunho informativo/expositivo, existem no Centro de Visitantes a exposi o em painéis sobre a fauna do Parque e o Espaço Cultural, que abriga documen-

tos e fotos do Projeto Memória das Cataratas. Contudo, o maior atrativo do CV é a loja de suvenires, localizada estrategicamente na passagem entre a bilheteria e o embarque nos ônibus, atribuindo ao local aparência de área comercial.

A implantação do transporte interno era uma aspiração já na década de 1980, em função dos desrespeitos aos limites de velocidade e do atropelamento de animais. Estima-se que no primeiro ano de implantação, o transporte interno tenha reduzido em 70% o tráfego dentro do Parque (WHC, 2001). Considerando que a visitação mais do que dobrou entre 2001 e 2017, percebe-se que o transporte interno foi crucial para possibilitar o aumento da visitação, sem, contudo, implicar o aumento de atropelamento de animais.

O transporte interno também eliminou o estacionamento irregular de veículos próximo à Trilha das Cataratas e contribuiu para a melhor distribuição dos visitantes ao longo do dia no Parque, já que os ônibus partem em geral de 15 em 15 minutos. Vale lembrar que o transporte interno é pago juntamente com o bilhete de entrada, mesmo por aqueles que optam por visitar o Parque por meio de bicicleta ou com os ônibus de turismo, que continuam com acesso à rodovia no interior do Parque. A justificativa para a cobranç a de todos que acessam o Parque é de que os ônibus internos estão disponíveis para todos, estando inclusive servidos de espaço para acomodar bicicletas. O valor do transporte é destinado ao Grupo Cataratas, responsável pela gestão do serviço.

A Trilha das Cataratas é a principal atração turística do Parque. Com cerca de 1 km de extensão, o percurso liga a estrada aos mirantes e passarelas. A trilha permite aos visitantes se encantarem com a paisagem e se aproximarem das quedas d' gua. Próximos à trilha estão os espaços Porto Canoas, Naipi e Tarob , com lojas, elevador panorâmico, lanchonetes, restaurantes, sanitários e ambulatório, sob exploração comercial e responsabilidade do Grupo Cataratas.

Como contrapartida para o Parque, o Grupo Cataratas promove a manutenção dessa trilha e a das faixas laterais da BR-469 dentro do Parque. Além disso, a concessionária deve repassar aos cofres públicos entre 3 e 6% de seu faturamento com a venda de todos os produtos e serviços.

Além do passeio na Trilha das Cataratas, os visitantes podem fazer outros dois: a trilha na mata e a navegação a montante das cataratas, ou a trilha na mata e a navegação a jusante das cataratas. As empresas responsáveis são a Macuco Ecoaventura e a Macuco Safari, ambas pertencentes ao Grupo Três Mosqueteiros, fundado pelo antigo balseiro que recebeu a permissão para atuar com o passeio de barco no Parque na década de 1980. Os passeios são opcionais e não estão inclusos no bilhete de entrada no Parque.

É importante notar que as empresas são responsáveis pelas trilhas e controlam seu acesso, o que significa que dentro do Parque existem áreas de visitação privativas a um público pagante mais restrito, que representam cerca de 10% dos visitantes do Parque. Os valores dos passeios podem variar de R\$ 61,00 a R\$ 515,00, e essa é outra característica marcante da visitação turística comercial do Parque: junto à concessão de exploração de uma atividade ou serviço, concessionam-se também o território, que passa a ser controlado pela empresa e cujo acesso só tem direito aquele que adquire os seus serviços.

As empresas Macuco Safari e Ecoaventura repassam ao Parque entre 3% e 8% da venda dos serviços (SPF, 2002; SPF, 2010). Além disso, como contrapartida ao Parque, a Macuco Safari se comprometeu a fornecer 100 diárias de barco para fins de fiscalização e pesquisa ao ICMBio. Desde os anos 2000, as empresas vêm adequando seu trabalho às exigências do turismo sustentável. Por isso, implementou um sistema de tratamento de esgoto, reduziu a largura da trilha do Macuco (MACUCO SAFARI, 2005), investiu em jipes elétricos para o transporte dos visitantes e investiu em acessibilidade para beneficiar o público com mobilidade reduzida.

O Hotel das Cataratas continua sendo a única opção de hospedagem turística no Parque, e sua exploração está arrendada ao grupo internacional Belmond. O último edital de licitação, lançado em 2004, exigia dos concorrentes o compromisso de transformar o edifício em um hotel de luxo. Assim, até o início dos anos 2000, era possível encontrar em jornais de grande circulação pacotes de viagens que incluíam a estadia no Hotel das Cataratas. Hoje, raramente se encontram ofertas de viagens que incluam o Hotel, em função da mudanç a de público visado e da estratégia de marketing.

A existência desse hotel contraria a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000) e o plano de manejo de 1999. Após a remoção de cerca de 400 famílias de dentro do Parque, com demolição das casas e roças pela necessidade de proteger o Parque, como justificar a existência de um hotel de luxo em seu interior? Os argumentos favoráveis são a geração de empregos, de receitas e investimentos para o Parque, tais com o financiamento do Projeto Carnívoros, da ciclovia e da modernização da rede elétrica. Outro argumento, complementar, mas discutível, se apegando ao fato de o Hotel ser um dano ambiental consumado e de oferecer a possibilidade de educação ambiental junto aos hóspedes.

Os voos panorâmicos são também uma possibilidade para se conhecer o Parque. Até 1999, o heliporto se encontrava em frente ao Hotel das Cataratas. Contudo, reclamações de associações ambientalistas argentinas a respeito do barulho e do impacto causado ao ecossistema e   experiência de visitação resultaram na transferência do heliporto para fora do Parque. Nessa mudanç a teve especial peso a solicitação da Unesco para que a atividade fosse reduzida ou suprimida (WHC, 1991). De fato, a lei do SNUC aponta que, caso seja relevante para a manutenção e equilíbrio do ecossistema, o espaço aéreo faça parte da UC, e seu uso comercial demande anuência e concorrência pública entre as empresas. Como contrapartida ao Parque, a empresa Helisul oferece 120 horas de voo por ano para fiscalização, prevenção e combate a in-

cêndios. Caso não sejam utilizadas pela equipe da Administração, os valores correspondentes são pagos à União (UAAF, 2015).

É importante frisar que a visitação turística do Parque não deixa de ser uma atividade recreativa, mesmo após os anos 2000. Destaca-se aqui que o caráter comercial e empresarial da visitação prevalece na organização territorial e na finalidade primeira da visitação no Parque: promover a dinamização econômica, a sustentabilidade ambiental, e sobretudo, a sustentabilidade financeira do Parque. Além de comercial, a visitação turística se tornou altamente controlada, já que os visitantes estão boa parte do tempo sob a vigilância de funcionários e utilizam o transporte interno para se locomoverem dentro do Parque. Por um lado, essa organização coíbe depredações, por outro, imprime ritmo acelerado na visitação, porque a otimização da circulação de visitantes no Parque garante também a possibilidade de maior quantidade de acessos e uma nova escala de operação.

Considerações Finais

Colocar a visitação turística do Parque do Iguaçu em perspectiva é um exercício para se entender os rumos do uso público dos parques nacionais. A visitação turística no Parque do Iguaçu ocorreu com diferentes princípios e distintos formatos desde sua criação, o que teve implicações para a organização de seu território.

As fases de visitação identificadas não podem ser compreendidas fora dos contextos tecnológico, científico, econômico e político mais amplos de transformações da vida em sociedade, em que se pode destacar: as políticas nacionalistas voltadas para a criação da identidade nacional nos anos de 1930 e 1940; os princípios do desenvolvimento sustentável e o reconhecimento do turismo como atividade positiva para a manutenção financeira das áreas naturais. A identificação da visitação recreativa, recreativa monitorada e comercial objetivou realçar características importantes

para a compreensão da transformação da visitação no Parque, e não necessariamente condensam características exclusivas ou estanques.

Agradecimentos

Agradeço   FAPESP e à CAPES pela bolsa de pesquisa nível doutorado e bolsa de estágio de pesquisa no exterior. Saliento que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

Referências

BRASIL. Decreto n  23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Coleção Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Constituição de 1937. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro: 1937.

CENTRO DO PATRIM NIO MUNDIAL (CPM); UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (UICN). **Mission Report: Iguazu National Park (Argentina/Brazil)**. Unesco, 2008.

CORRÊA, M. S.; ALDÉ, L. **Meu vizinho, o Parque Nacional do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: L3 Comunicação, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF). **Portaria n.1587 de 13 de julho de 1970**. IBDF, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF). **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: IBDF, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).
Bases Cartográficas. IBGE, 2010. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas.html>. Acesso em: 14/06/2019

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Programa de Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu.** IBAMA, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.** Brasília: IBAMA, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Parque Nacional do Iguaçu: Estatísticas de Visitação 1991 – 2000.** Brasília: IBAMA, 2001.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Quadro Concessionárias.** ICMBio Parna Iguaçu, 2016a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Visitação no Parque Nacional do Iguaçu - 2002 a 2015.** ICMBio Parna Iguaçu, 2016b.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Painel Dinâmico de Informações. Uso Público e Turismo: Parque do Iguaçu.** Brasília: ICMBio, 2018.

LAMOUNIER, W. M. Tendência, sazonalidade e ciclos no fluxo de turistas no Parque Nacional do Iguaçu-PR. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 07, n  01 (18), março de 2002, p. 27-48.

MACUCO SAFARI. **Relatório das Atividades Ambientais Realizadas no Passeio Macuco Safari no Período de janeiro a dezembro de 2005.** Foz do Iguaçu, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Download de dados geográficos: Unidades de Conservação.** Brasília: MMA, 2015.

MÜLLER, R. C. **Relatório Preliminar dos Serviços de Uso Público**. Foz do Iguaçu: IBAMA, 2002.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Turismo e patrim nio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. **Patrim nio, Natureza e Cultura**. Campinas: Papyrus, 2007, p. 25-45.

Parque Nacional do Iguaçu. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 de janeiro de 1958.

PROTECTED PLANET. **Download dataset**: Iguazu National Park. 2016. Disponível em: <https://stage.protectedplanet.net/search?q=IGUAZU>. Acesso em: 28/11/2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora  tica, 1993, 269p.

RAMOS, J. C. **Projeto Memória das Cataratas**. Depoimento. Foz do Iguaçu: Espaço Iguaçu Cultural, Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002, 384p.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (SPF). Contrato de Concessão de uso de área no Parque Nacional do Iguaçu, celebrado entre o IBAMA e a empresa Macuco Ecoaventura e Turismo LTDA. SPF, 2002.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (SPF). Contrato de Concessão de prestação de serviços em unidade de conservação federal que entre si celebram o ICMBio e a empresa Ilha do Sol Agência de Viagens LTDA. SPF, 2010.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (UICN). **Technical Evaluation**: Iguazu National Park. UICN, 1986.

UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (UAAF). **Edital de Concorrência n  01/2015, Processo n  02070.001191/2015-13**. UAAF, 2015.

WORLD HERITAGE COMMITTEE (WHC). **Report of the Rapporteur**. Paris: Unesco, 10 de julho de 1991.

WORLD HERITAGE COMMITTEE (WHC). **Rapport du rapporteur**. Paris, Unesco: 17 de agosto de 2001.

Artigo recebido para publica o em 22 de maio de 2020
Artigo aceito para publica o em 2 julho de 2020
Publicado em 4 de agosto de 2020